



COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

ATA N.º 58 DO CONSELHO INTERMUNICIPAL

---- Aos dois dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte, pelas catorze horas e trinta minutos realizou-se, por videoconferência, a reunião extraordinária do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, sob a presidência do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal e representando o número de eleitores abaixo indicado, os seguintes membros:-----

Município	Eleitores	Cargo	Nome
Aguiar da Beira	6.416	Presidente	Joaquim António Marques Bonifácio
Carregal do Sal	9.500	Presidente	Rogério Mota Abrantes
Castro Daire	15.372	Presidente	Paulo Martins de Almeida
Mangualde	18.844	Presidente	Elísio Oliveira Duarte Fernandes
Nelas	13.149	Presidente	José Manuel Borges da Silva
Oliveira de Frades	9.066	Presidente	Paulo Manuel Robalo Silva Ferreira
Penalva do Castelo	8.134	Presidente	Francisco Lopes de Carvalho
Santa Comba Dão	10.936	Presidente	Leonel José Antunes Gouveia
São Pedro do Sul	16.387	Presidente	Vítor Manuel de Almeida Figueiredo
Sátão	13.814	Presidente	Paulo Manuel Lopes dos Santos
Tondela	26.767	Presidente	José António Gomes de Jesus
Vila Nova de Paiva	6.687	Presidente	José Morgado Ribeiro
Viseu	94.295	Vereadora	Cristina Maria R. A. Brasete e Silva
Vouzela	9.413	Vice-Presidente	Carlos Alberto Rodrigues Lobo

---- A ordem de trabalhos presente na convocatória foi a seguinte:-----

- 1 - Ponto de situação do impacto do COVID-19 na região Viseu Dão Lafões; -----
- 2 - Análise, discussão e ratificação da Adenda ao protocolo de colaboração celebrado entre a CIM Viseu Dão Lafões e os municípios seus associados, no âmbito da “Aquisição de bens no âmbito do surto pandémico COVID-19”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 244/2020, de 27 de março, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- 3 - Análise, discussão e ratificação da 5ª proposta de alteração orçamental (GOP e Extra GOP), para o exercício económico de 2020, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----
- 4 - Análise, discussão e votação da proposta de protocolo de colaboração a celebrar entre a CIM Viseu Dão Lafões e os municípios de Aguiar da Beira, Mangualde, Oliveira de Frades, Tondela e Viseu, no âmbito da “Aquisição de bens no âmbito do surto pandémico COVID-19”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 256/2020, de 02 de abril, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

----- 5 - Análise, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento concursal, aprovação da escolha do tipo de procedimento e escolha da entidade a contratar para a “Aquisição de bens no âmbito do surto pandémico COVID-19”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 253/2020, de 31 de março, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificado haver “quórum” para funcionamento do órgão, tendo os membros presentes condições técnicas para participar na reunião, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal declarou aberta a reunião.

----- O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, informou os presentes que tinha solicitado a presença, na reunião do Conselho Intermunicipal, do Secretário Executivo, Nuno Martinho, nos termos do nº 6 do art.º 89º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Período da Ordem do Dia. -----

----- Quanto ao **primeiro ponto da ordem de trabalhos** - Ponto de situação do impacto do COVID-19 na região Viseu Dão Lafões - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, começou a sua intervenção, informando, os presentes, que tinha participado, em conjunto com outros Presidentes de Comunidades Intermunicipais da Região Centro, numa videoconferência com o Senhor Primeiro Ministro, com o Senhor Ministro da Administração Interna, com a Senhora Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, no âmbito deste surto pandémico, tendo dado a conhecer as intervenções que o Governo, através dos diversos ministérios tem vindo a desenvolver, tendo também questionado quais eram as principais preocupações que os autarcas estavam a sentir. -----

----- Continuou a sua intervenção, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, informando, que o Senhor Primeiro-Ministro tinha aconselhado, entre outras coisas, prudência nas diversas tomadas de decisão com que os autarcas iam ser confrontados num futuro próximo. -----

----- Informou, também, os presentes que os diversos Presidentes das CIM’s presentes tinham questionado o Senhor Primeiro-Ministro sobre a problemática do regresso dos emigrantes e o facto de algumas das autoridades de saúde não estarem a obrigar ao devido confinamento como forma de proteção dos cidadãos residentes em permanência nos territórios, dado a maioria destes estarem a regressar de zonas de grande risco. -----

----- Continuou a sua intervenção, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, informando, que o Senhor Primeiro-Ministro tinha informado que estavam a proceder a uma entrega muita significativa de EPI's, pelo que os Centros de Saúde e os bombeiros deviam fazer os seus pedidos à ARS e à ANEPC, respetivamente.-----

----- O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, continuou a sua intervenção, reportando que o Senhor Primeiro-Ministro, também, tinha alertado para o facto de se vir a sentir a necessidade de se evacuarem lares, sendo que os mesmos deveriam começar a ser preparados para terem duas alas, uma com pessoas infetadas e outra com pessoas não infetadas, de forma a que só os doentes graves fossem transferidos para os hospitais. -----

----- Por fim o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal deu nota da necessidade de começarem a ser articuladas, em conjunto, um conjunto de respostas à economia e às famílias, pelo que havia todo o interesse em consensualizar, em sede de CIM, essas mesmas respostas. Deu, como exemplo, uma resposta comum no domínio da redução do preço da água, que uns municípios já o fizeram, mas que outros não o podem fazer, assim como respostas no domínio do turismo e da restauração, sector muito afetado nesta altura. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, que fez um ponto de situação do material de EPI's adquirido, sendo que já tinha começado a ser distribuído aos municípios algum desse material. -----

----- Conclui a sua intervenção, alertando, os presentes para o facto de estes terem que identificar, atempadamente, as necessidades de bens a adquirir de forma a que a CIM possa proceder à sua aquisição.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Nelas, Borges da Silva, que começou a sua intervenção, afirmando, que se deveria propor às diversas autoridades de gestão dos Programas Operacionais que acelerassem os pedidos de pagamento, uma vez que isso ia aliviar a tesouraria das câmaras, tanto mais que, quando o Governo atrasa a entrega das diversas declarações às empresas está, implicitamente, a atrasar a entrada de receitas de impostos nos municípios, como é o caso da derrama. -----

----- Continuou a sua intervenção, informando, que já se constava que o pagamento do próprio IMI iria ser adiado, o que seria outro golpe nas tesourarias municipais, pelo que acha importante que o Governo pudesse abrir uma linha de crédito para os municípios poderem fazer face a estas situações. -----

----- Solicitou, o Senhor Presidente da Câmara de Nelas, Borges da Silva, ao Senhor Secretário Executivo, se este o podia esclarecer sobre o ponto de situação da bolsa de recuperação do PT 2020, uma vez que o período que se está a através não é compaginável com o acelerar de investimentos ou outras intervenções.-----

----- Concluiu a sua intervenção, o Senhor Presidente da Câmara de Nelas, propondo, que caso surja a possibilidade de, através de uma candidatura a fundos comunitários obter financiamento para a realização de testes à população, que na sua opinião seria de aproveitar, contudo, era igualmente importante que os municípios nessa matéria, bem como em outras mais procurassem ter uma posição concertada, seja na eventual candidatura às análises, ou em redução de preços ou outras, de forma a que possamos dar uma imagem de coesão do território. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, que, no seguimento da questão colocada pelo Senhor Presidente da Câmara de Nelas, informou o Conselho Intermunicipal que a CIM também tinha recebido esse e-mail do Senhor Secretário de Estado com os dados relativos à bolsa de recuperação. -----

----- Continuou a sua intervenção, explicando, que o mesmo continha diversas incongruências, uma vez que identificava um conjunto de operações como tendo entre 0% e 10%, quando muitas delas já têm taxas de execução muito superiores. -----

----- A este propósito, o Senhor Secretário Executivo, ressaltou, contudo, as intervenções no âmbito dos PAMUS e das ARUS, dado as candidaturas não passarem pela CIM. -----

----- Continuou a sua intervenção, o Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, informando, que os serviços da CIM continuavam a fazer um esforço muito grande na análise dos pedidos de pagamento submetidos pelas empresas, no âmbito do SI2E, sendo que muitos deles estavam a aguardar análise, no Centro 2020, há 6 ou 8 meses, sendo que iremos, também, acelerar a análise dos pedidos de pagamento dos municípios que tenham que ser objeto de análise pela CIM. -----

----- Concluiu a sua intervenção, alertando, os Senhores Presidentes para a necessidade de conformarem as suas operações com as indicações emanadas pela CIC. Acerca da bolsa de recuperação, deu nota que a mesma está suspensa, não obstante a necessidade de ser mantida a monitorização da execução, e que, por outro lado, vai ser possível fazer reprogramações temporais, ultrapassando os 24 ou os 36 meses previstos nos regulamentos ou nos avisos de abertura de concurso. É isto que dispõe a resolução da CIC. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Tondela, José António de Jesus, que relativamente à problemática dos lares aconselhou os presentes a tratarem o caso com todas as cautelas, porque, como temos visto, uma pessoa infetada num lar pode ser um foco de infeção que rapidamente se descontrola. -----

----- Continuou a sua intervenção, referindo, que no seu caso, caso surja a necessidade e atendendo a que não há capacidade de resposta nos hospitais militares, o Senhor Primeiro-Ministro já o tinha afirmado, a solução serão os próprios lares ou os hotéis, sendo que ele, independentemente do local, solicitará, sempre, uma vistoria aos locais, à Segurança Social, À ANEPC e ao ACES, pois a única função do município, nesta matéria era identificar o lugar. -----

----- Retomou a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, para, informar os presentes que tinha recebido um e-mail do Dr. Mota Faria a solicitar que identificasse os locais de acolhimento de infetados no município. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de São Pedro do Sul, Vítor Figueiredo, que manifestou a sua total concordância com o Senhor Presidente da Câmara de Tondela. -----

----- Continuou a sua intervenção, referindo, que neste momento, os únicos emigrantes que, ainda, são um problema eram os que se encontravam em trânsito de Espanha para Portugal, pois os que se encontravam para lá de Espanha já não conseguiam passar, uma vez que Espanha tinha fechado a fronteira com França. -----

----- Relativamente à concertação de ações, em alguns caso já se iria algo tarde, referiu o Senhor Presidente da Câmara de São Pedro do Sul, uma vez que já tinha conhecimento de que havia municípios que já tinham tomado decisões a esse respeito, nomeadamente no custo da água. -----

----- Continuou a sua intervenção, alertando, para a necessidade de se preparar a retaguarda, em cada um dos municípios, para acolher pessoas infetadas ou não infetadas, mediante as necessidades, pois como se pode verificar em Castro Daire a situação foi muito complicada, tendo-se disponibilizado o Hotel do Inatel para acolher pessoas de Castro Daire. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Aguiar da Beira, Joaquim Bonifácio, que questionou os presentes sobre se o conseguiam informar sobre quem pagaria a conta relativamente aos hotéis que se venham a ocupar, se seria a câmara ou o Governo. -----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Castro Daire, Paulo Martins de Almeida, que começou a sua intervenção, informando, os presentes sobre o que se estava a passar em Castro Daire, com o intuito não só de dar a conhecer a real dimensão do problema, mas também, como uma forma de alertar os demais Senhores Presidentes para os problemas com que poderão ser confrontados.-----

----- Continuou a sua intervenção, informando, que até ao momento tinha, confirmadas, 34 pessoas infetadas, sendo que apenas neste dia já tinham sido confirmadas 5 pessoas.

----- Referiu, também, a este propósito, que era preocupante o grau de indecisão das autoridades, sendo que entre outros aspetos isso se reflete na pretensa falta de retaguarda de Castro Daire, pelo que passou a explicar a forma como o processo de identificação do espaço que iria servir de retaguarda foi tratado pelas autoridades, ACES e Segurança Social.-----

----- Continuou a sua intervenção, relatando, que o seu município tinha proposto como local de retaguarda o Hotel Montemuro, dado os pavilhões desportivos das escolas de Castro Daire não reunirem as condições mínimas para acolher estas pessoas, tanto mais que no dia de ontem tinha nevado em Castro Daire. -----

----- Em face do que tinha acabado de transmitir o Senhor Presidente de Castro Daire, esclareceu que a Segurança Social tinha informado que era possível instalar essas pessoas no Inatel em São Pedro do Sul, solução que ele, naturalmente, aceitou. Passado pouco tempo o município é contactado a informar que podendo ficar no Inatel em São Pedro do Sul, era necessário que o município assegurasse a lavandaria, situação que ele de imediato aceitou, para, chagado ao meio dia ser informado pela Segurança Social que afinal já não poderiam ser acolhidos no Inatel em São Pedro do Sul.-----

----- Concluiu a sua intervenção, afirmando, não perceber a razão pela qual o Hotel Montemuro tinha sido recusado, não perceber porque é que os lares infetados não estão a ser objeto de desinfeções, para concluir, alertando os colegas que, relativamente às IPSS's os municípios estão entregues a si próprios.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de São Pedro do Sul, Vítor Figueiredo, que confirmou, também, que no dia anterior, tinha tido uma inspeção das referidas autoridades, sendo que essas pessoas traziam com elas uma checklist que parecia que estavam a verificar as condições de abertura de um hospital na verdadeira ascensão da palavra.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Sátão, Paulo Santos, que informou os presentes que não tinha mexido no preço da água, sendo que, para já a sua maior dificuldade em manter as pessoas confinadas estava situada num bairro de etnia cigana, em que apesar de alertados e sensibilizados, estava a ser difícil garantir esse confinamento.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Tondela, José António de Jesus, que questionou o Senhor Presidente da Câmara de Castro Daire, sobre quais tinham sido as razões invocadas pelas referidas autoridades para reprovarem o Hotel Montemuro.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Castro Daire, Paulo Martins de Almeida, que informou que foram levantadas muitas questões, começando logo pelo facto de não existir um corredor para sujos e outro para limpos na cozinha, questões de acessibilidade e mais um conjunto de pormenores, que como o Senhor Presidente de São Pedro do Sul tinha afirmado, mais parecia que iam aprovar a abertura de um hospital central do que um espaço de retaguarda e de apoio a pessoas infetadas ou não.-----

----- Concluiu a sua intervenção, referindo, que a Autoridade de Saúde tinha tomado a decisão de não fazer teste a todos os funcionários do lar, pelo que ele tinha tomado a decisão de mandar fazer os testes a todos aqueles não tinham sido testados, sendo que, hoje, já tinha a confirmação de que 5 dessas pessoas, a que a Autoridade de Saúde não tinha mandado testar, estavam infetadas, sendo que, entretanto, andaram, normalmente, ao pé das demais pessoas desse lar.-----

----- Foi dada a palavra à Senhora Vereadora da Câmara de Viseu, Cristina Brasete, que confirmou as exigências relatadas pelo Senhor Presidente da Câmara de Castro Daire, pois Viseu, também, já as tinha vivido, numa escala menor e relativamente a uma pequena escola.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Vila Nova de Paiva, José Morgado Ribeiro, que, aproveitou o ensejo para alertar os presentes para o facto de que o Governo se estaria a preparar para passar para os municípios a responsabilidade de criar condições para que todos os alunos possam ter aulas, via internet, sendo que muitas das famílias não têm internet em casa, nem computadores, para além de em muitas das zonas do nosso território não existir acesso à rede.-----

----- Concluiu a sua intervenção, apelando, para que, caso se venha a verificar essa situação, oposição da CIM seja tomada em conjunto.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, que informou os presentes que a Associação de Feirantes das Beiras tinha apresentado uma proposta para que ficassem isentos das taxas até ao final do ano. -----

----- Continuou a sua intervenção, informando, que se o Governo pretender que os municípios adquiram equipamentos informáticos, que os PO reforçam a PI 10.1, do PDCT, para que os municípios os possam fazer através do reforço das verbas relativas à promoção do sucesso escolar. -----

----- Concluiu a sua intervenção, referindo, que numa reunião anterior tinha ficado acordado que os Senhores Presidentes reportariam, diariamente, o número de infetados no seu município e que a CIM agregaria esses números e os divulgaria pelos canais da CIM. Contudo, até ao momento poucos tinham sido os Presidentes que tinham enviado a referida informação, pelo que questionou se pretendiam manter o processo, alterá-lo, ou pura e simplesmente não agregar os números nem os divulgar. -----

----- Depois de analisada a questão foi concluído, pelos presentes, que de momento era melhor não divulgar qualquer tipo de números dado existir, uma grande confusão, entre os números comunicados pelas diversas autoridades envolvidas neste processo. -----

----- Quanto ao **segundo ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e ratificação da Adenda ao protocolo de colaboração celebrado entre a CIM Viseu Dão Lafões e os municípios seus associados, no âmbito da “Aquisição de bens no âmbito do surto pandémico COVID-19”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 244/2020, de 27 de março, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, apoiado na Informação de Serviço n.º 244/2020, enquadrou os presentes sobre o assunto em apreço. -----

----- Colocada a proposta a votação, de acordo com o n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 258.780 eleitores, ratificar a adenda ao protocolo de colaboração celebrado entre a CIM Viseu Dão Lafões e os municípios seus associados, no âmbito da “Aquisição de bens no âmbito do surto pandémico COVID-19”. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Quanto ao **terceiro ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e ratificação da 5ª proposta de alteração orçamental (GOP e Extra GOP), para o exercício económico de 2020, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de

12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, apoiado na 5ª proposta de alteração orçamental (GOP e Extra GOP), enquadrou os presentes sobre o assunto em apreço. -----

----- Colocada a proposta a votação, de acordo com o nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 258.780 eleitores, ratificar a 5ª proposta de alteração orçamental (GOP e Extra GOP), para o exercício económico de 2020. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Quanto ao **quarto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de protocolo de colaboração a celebrar entre a CIM Viseu Dão Lafões e os municípios de Aguiar da Beira, Mangualde, Oliveira de Frades, Tondela e Viseu, no âmbito da “Aquisição de bens no âmbito do surto pandémico COVID-19”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 256/2020, de 02 de abril, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, apoiado na Informação de Serviço n.º 256/2020, enquadrou os presentes sobre o assunto em apreço. -----

----- Colocada a proposta a votação, de acordo com o nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 258.780 eleitores, aprovar a proposta de protocolo de colaboração a celebrar entre a CIM Viseu Dão Lafões e os municípios de Aguiar da Beira, Mangualde, Oliveira de Frades, Tondela e Viseu, no âmbito da “Aquisição de bens no âmbito do surto pandémico COVID-19”.-----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Quanto ao **quinto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento concursal, aprovação da escolha do tipo de procedimento e escolha da entidade a contratar para a “Aquisição de bens no âmbito do surto pandémico COVID-19”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 253/2020, de 31 de março, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal, Rogério Mota Abrantes, apoiado na Informação de Serviço n.º 253/2020, enquadrou os presentes sobre o assunto em apreço. -----

----- Colocada a proposta a votação, de acordo com o nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 258.780 eleitores,

aprovar a proposta de abertura de procedimento concursal, aprovação da escolha do tipo de procedimento e escolha da entidade a contratar para a “Aquisição de bens no âmbito do surto pandémico COVID-19”.-----

----- Assim, foi adjudicada a proposta ao fornecedor Xamane, S.A., no valor de 13.572,00€ (treze mil, quinhentos e setenta e dois euros), ao qual acresce o valor do IVA, à taxa legal em vigor. -----

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----- Esgotada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal declarou encerrada a reunião, pelas dezassete horas e trinta minutos, lavrando-se a presente ata que, irá ser assinada pelo Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal e por mim, José Carlos de Oliveira Almeida, que a redigi. -----